

Acolhida e integração de venezuelanos na Casa do Migrante em Florianópolis e os impactos da pandemia

*Emanuely Gestal**
*Natalia Benatti Zardo***

1 A INTERIORIZAÇÃO: O PROJETO FEDERAL E A SITUAÇÃO DOS VENEZUELANOS QUE MIGRAM

Diante da crise instaurada na Venezuela, o Brasil passou a receber cada dia mais migrantes na fronteira. Estima-se que, aproximadamente, 260 mil venezuelanos vivem atualmente no Brasil. Em agosto de 2020, o Brasil passou a contar com cerca de 47 mil refugiados venezuelanos. Com isso, os venezuelanos representam 90% do total dos refugiados no país. Na América Latina, o Brasil é o país com maior número de venezuelanos reconhecidos como refugiados (ACNUR, 2020). Desde junho de 2019, o Comitê Nacional para os Refugiados reconhece a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos como motivo para conceder o *status* de refugiado aos venezuelanos.

Esta chegada de pessoas vindas da Venezuela fez com que o governo da cidade de Boa Vista/RR recorresse ao Governo Federal para receber algum tipo de auxílio. Com isso, iniciou-se, em 2018, a Operação Acolhida, programa de interiorização que ocorre, desde então, para outras cidades do país. Esse processo é uma parceria do Governo Federal com agências da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Com esse programa, os migrantes, que estão nos abrigos próximos da fronteira e realizam seu cadastro numa dessas agências, podem chegar em outras cidades de forma organizada e segura, evitando assim perigos no trajeto. O destino final é uma entidade receptora que acolhe e oferece a atenção

*Colaboradora do Serviço Pastoral dos Migrantes de Santa Catarina. Bacharela em Relações Internacionais (UFSC).

** Colaboradora do Serviço Pastoral dos Migrantes de Santa Catarina. Mestranda em Educação (UFSC) e licenciada em Geografia (UDESC).

disponível dentro de sua atuação. Na Pastoral dos Migrantes, esse trabalho é realizado em parceria com a Caritas Suíça. Cada destino final oferece acolhida, abrigamento e aulas de português para os migrantes que chegam.

2 O PROJETO DE ACOLHIDA DO SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES: COMO SURTIU, OBJETIVOS E ATUAÇÃO

No ano de 2019, através da parceria entre o Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPM-NE) e Caritas Suíça, surgiu o projeto *Acolhendo vidas, reconstruindo sonhos*, com o objetivo central de acolher venezuelanos vindos de Boa Vista/RR. Esta ação ocorre graças às casas de acolhida em cinco cidades brasileiras: João Pessoa/PB, Crato/CE, Curitiba/PR e Florianópolis/SC.

Foi assim que o Serviço Pastoral dos Migrantes de Santa Catarina (SPM-SC) entrou no projeto como entidade executora, colocando à disposição a Casa do Migrante Scalabrini de Florianópolis/SC. Com isso, ficaram garantidos não somente a acolhida como também aulas de português, suporte de atendimento na área educacional, jurídica e de inserção laboral para os migrantes, pois esse trabalho já era realizado pela equipe. O quadro de colaboradores locais é formado por cinco pessoas, sendo duas delas atuantes na área da integração e proteção, uma pessoa responsável por cuidar da Casa em tempo integral, e a coordenação e direção são feitas por dois padres scalabrinianos.

Cada representante das cidades contempladas pelo projeto definiu, em conjunto com o SPM-NE, a capacidade e o período em que recebe os grupos a serem acolhidos. Os selecionados são aqueles atendidos pela Pastoral dos Migrantes de Roraima ou agências da ONU, que, após analisados os cadastros e a situação de vulnerabilidade, entram para a lista de interiorização e aguardam a ida para o destino final. Para a Casa do Migrante Scalabrini foi definida, inicialmente, a recepção de 80 pessoas ao longo de doze meses. O projeto está em curso em todas as cidades mencionadas; entretanto, com a pandemia da COVID-19, os voos estão ou foram interrompidos por algum tempo.

Em Florianópolis, o processo de interiorização está suspenso desde maio de 2020, mês em que o SPM-SC iria receber um novo grupo. Como isso não ocorreu até o presente momento, a Casa de Acolhida estendeu o prazo de abrigamento para os que já estavam nela. Ao todo já foram acolhidas 40 pessoas, divididas em dois grupos. O primeiro chegou na capital catarinense no dia 31 de outubro de 2019, e o segundo, no dia 12 de fevereiro de 2020. Ambos os grupos passaram pela triagem do ACNUR.

O traslado da região Norte até a região Sul do país ocorreu de forma aérea e rodoviária. No primeiro grupo, a chegada aconteceu no Floripa Airport, com voo fretado pelo ACNUR em uma companhia aérea. Já o segundo grupo chegou na Base Aérea de Florianópolis, em aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), acompanhado por representação da OIM.

O perfil do primeiro grupo acolhido foi marcado pelos núcleos familiares: nele havia 5 mulheres, uma delas grávida, 6 homens e 9 crianças com idade entre dez meses e doze anos.

Destas crianças, apenas uma estava com idade para ser matriculada na escola básica regular: um menino de doze anos que, em sua primeira semana, foi acompanhado pela equipe do SPM-SC para realização da matrícula e ambientação na escola. As demais crianças tinham menos de cinco anos, ou seja, dependiam de creches públicas, o que não foi possível para nenhuma delas, em virtude da lotação máxima das creches pela cidade.

Essa inviabilidade de vagas nas creches para as crianças pequenas é uma difícil realidade constatada em todo o país. Em núcleos familiares com dois responsáveis, apenas um por vez consegue sair de casa para procurar emprego e o outro precisa ficar em casa com as tarefas domésticas e cuidando dos filhos. Quando há apenas um responsável, a situação fica ainda mais delicada e isto aconteceu com esse primeiro grupo, que recebeu uma mulher e sua filha de apenas três anos de idade.

Nesses casos, o que se observa é que as mulheres se veem diante de três situações: dependendo do trabalho, elas podem tentar negociar com o empregador para levar a criança junto; ou, se já tiverem uma relação de confiança, elas podem contar com a ajuda de outra família acolhida na mesma casa, para que fique com a criança enquanto faz uma diária de trabalho; ou acabam desistindo da oportunidade da vaga de trabalho. Não à toa, a família em questão foi a última a sair da Casa do Migrante Scalabrini e, quando conseguiu sair, foi por um contato pessoal que ofereceu moradia em outra cidade. Nesse período, o SPM-SC ainda não dispunha da possibilidade de pagamento de aluguel social, iniciativa que veio a ser contemplada somente com a chegada do segundo grupo.

Como não havia essa possibilidade do pagamento de aluguel através da Pastoral, após os três meses de acolhida, os migrantes que deixaram a Casa arcaram com seus próprios aluguéis através dos empregos que conseguiram neste período em Santa Catarina.

O primeiro a conseguir um emprego formal foi morar na cidade de Laguna/SC, a equipe conseguiu uma vaga de trabalho através de uma rede hoteleira que o empregou no mês de novembro de 2019. No mês seguinte, mais uma contratação foi realizada pelo mesmo empregador, felizmente o selecionado era o pai do primeiro contratado e os dois puderam novamente se reunir. Em virtude da pandemia, ambos foram demitidos no mês de março de 2020 e retornaram a Florianópolis. Sem êxito na busca por um novo trabalho na capital, os dois foram para a cidade de Chapecó/SC, lá encontraram trabalho e moradia até os dias atuais.

A segunda família que se integrou em outra cidade foi para Bom Retiro/SC, essa saída também foi através de um contato para trabalho. Em seguida, uma terceira família, composta de cinco pessoas, permaneceu em Florianópolis, mas com apenas uma pessoa do núcleo familiar trabalhando. A quarta família

a deixar a Casa do Migrante também permaneceu na capital, porém estava apenas com trabalho informal, na área da construção civil e costura. A Pastoral do Migrante continua auxiliando estas famílias com alimentos, fraldas e kit de higiene pessoal. Em fevereiro de 2020, poucos dias antes da chegada do segundo grupo, estavam acolhidas ainda duas famílias. Uma delas, com quatro pessoas, alugou uma casa próxima à Casa do Migrante e recebe auxílio da equipe com alimentos, mensalmente. Por fim, como mencionado anteriormente, uma mulher com sua filha, através de um contato da Venezuela, mudou-se para a cidade de Tubarão/SC.

Ao almejar oferecer a alternativa de aluguel social para as famílias que, por diferentes razões, não conseguem sair da Casa de Acolhida no tempo estipulado, a equipe foi atrás de uma parceria com o Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina. Essa articulação foi realizada entre SPM-NE, SPM Nacional e SPM-SC com o Ministério Público do Trabalho/SC, para a finalidade de conceder aluguel social através de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

Essa parceria teve vigência até dezembro de 2020 e beneficiou, até o momento, três famílias que precisaram desse apoio. Essas famílias são do segundo grupo que chegou em fevereiro de 2020 em Florianópolis e, por conta da pandemia, tiveram seus prazos de permanência flexibilizados na Casa do Migrante.

O segundo grupo foi composto por vinte pessoas. Dessa vez, o número de crianças era de apenas três. Ao final do período de acolhida, ficaram em Florianópolis e, com trabalho formal, duas famílias; uma delas obteve o pagamento de aluguel social e, da outra família, todos do núcleo familiar conseguiram emprego no setor de obras. Três mulheres que vieram sozinhas e não se integraram na cidade foram para o estado do Rio Grande do Sul; lá, tiveram a possibilidade de residir e trabalhar na colheita de maçãs. A última família a sair da Casa de Acolhida foi morar em Biguaçu/SC, cidade que faz parte da Grande Florianópolis. A Pastoral pagará o aluguel social por três meses e auxiliará com o fornecimento de alimentos e produtos de higiene.

Importante ressaltar que, um mês após a chegada desse grupo, o isolamento social já teve seu início em Florianópolis; por isso, alguns desafios apareceram, como mostraremos no próximo tópico. Apesar deste cenário, tivemos algumas conquistas para celebrar. Com o apoio da OIM, três das acolhidas foram contratadas por uma fábrica do setor têxtil em Gaspar/SC e passaram a residir nessa cidade. Além disso, a Pastoral firmou parceria com uma entidade que visa a capacitação de mulheres ensinando a costurar; duas das acolhidas foram contempladas e terminaram o curso no final de agosto de 2020.

3 IMPACTO DA PANDEMIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Com o início da pandemia causada pelo Covid-19, em março de 2020, todos fomos forçados a replanejar e reestruturar nossas dinâmicas de atendimento visando não prejudicar os atendidos na Pastoral do Migrante de Florianópolis e

os acolhidos na Casa do Migrante Scalabrini. Com uma equipe reduzida, alguns serviços essenciais, como a distribuição de alimentos e produtos de higiene, continuaram a acontecer de forma presencial.

Além de incentivar e prover meios para a prevenção diária, com doação de máscaras e kits de higiene, de forma a manter os acolhidos da Casa informados sobre o contexto da disseminação do vírus, foram enviados semanalmente informativos com os dados e sobre dos funcionamento dos serviços pela cidade. Junto com essas doações de prevenção para os acolhidos, a Pastoral, com a contribuição de voluntários, continua entregando cestas básicas, roupas, cobertores e kits de higiene diariamente nas residências de famílias migrantes da Grande Florianópolis.

Os atendimentos no âmbito da assistência jurídica, inserção laboral, assistência social e educação passaram a ser feitos de forma virtual. As aulas de português, que costumavam acontecer semanalmente na Casa do Migrante, foram adaptadas para que os acolhidos continuassem tendo acesso a meios digitais para seus estudos.

Para além dos acolhidos, essa readequação de aulas para o formato virtual proporcionou a participação de alunos de outras cidades, que, até então, não tinham acesso às aulas presenciais oferecidas pela Pastoral do Migrante, em Florianópolis. Nas duas primeiras turmas oferecidas totalmente de forma virtual, o perfil tem sido majoritariamente de adultos na faixa de 20 a 30 anos, de nacionalidade venezuelana e haitiana, e de mulheres. Mas, de uma forma geral, tem sido um perfil variado. Temos alunos de 7 nacionalidades, que moram em 7 diferentes cidades de Santa Catarina e de outros 3 estados.

Se, sem a pandemia, o contexto da empregabilidade já estava difícil, com a pandemia se agravou. O período para os acolhidos foi de bastante angústia, pois, desde a chegada na Casa, eles têm a expectativa de conseguir uma oportunidade de trabalho rapidamente para garantir sua autonomia financeira. No entanto, este momento se mostrou extremamente adverso para isso, considerando o aumento dos casos de contaminação, o fechamento do comércio e a interrupção dos serviços públicos de transporte urbano.

E, assim, a incerteza diante deste novo contexto de pandemia e a baixa probabilidade de se conseguir um emprego neste momento contribuíram para que as famílias acolhidas se sentissem desanimadas com seus processos de integração. Dessa forma, foi preciso pensar em novas estratégias para continuarmos com nossos objetivos em contribuir para a reconstrução de uma vida digna em uma nova cidade.

Com a impossibilidade de estarmos juntos fisicamente, um grande desafio que veio com a pandemia foi como realizar a comunicação da equipe com os acolhidos. Vimos, neste momento, a importância e a necessidade de aprimorarmos a comunicação digital, tanto entre a equipe e os acolhidos quanto da relação dos acolhidos com os serviços externos da Casa do Migrante.

Antes desse período, já se percebiam as dificuldades dos acolhidos com a comunicação digital associada à língua portuguesa, porém o momento atual tornou isso ainda mais evidente. Diante disso, pensando sobretudo na integração ao mercado de trabalho, desenvolvemos ações voltadas para a capacitação e o desenvolvimento do letramento digital.

Além dessas questões, muitos migrantes enfrentaram dificuldades de acesso ao auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal, por conta de impedimentos burocráticos ou por barreiras de acesso à internet e à falta de celular pessoal. Por se tratar de um procedimento novo, tanto a equipe quanto os acolhidos tinham muitas dúvidas no início. Então, assim que foi anunciada esta possibilidade de benefício, a atenção da equipe se voltou para garantir que todos os acolhidos tivessem acesso a ele. Com isso, buscamos nos informar melhor sobre esse processo e realizamos reuniões com cada família para compartilhar as informações e auxiliar com os cadastros. Por fim, pelo menos um membro de cada família conseguiu ter acesso ao auxílio.

A perspectiva de chegada do terceiro grupo é para o mês de setembro de 2020. Essa possibilidade será possível graças ao empenho da equipe de trabalho local que, além das experiências já mencionadas, obteve também uma parceria com o curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Através da extensão universitária, três graduandos integram e enriquecem as atividades desenvolvidas pelo Serviço Pastoral dos Migrantes de Santa Catarina.

Apesar das limitações do cenário conturbado, na pandemia do coronavírus, a equipe buscou adequar seus atendimentos e manter a atenção oferecida aos migrantes desde o início do projeto. Por fim, com tudo isso, percebemos que, em contextos como estes, de crise sanitária e econômica, as desigualdades sociais evidenciam (acentuam) ainda mais as fragilidades das pessoas migrantes. Ao refletir sobre esta vivência em meio a uma pandemia, reforçamos como projetos de acolhida como esse são necessários e essenciais para garantir a migração como um direito humano.

REFERÊNCIA

ACNUR - **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados**. 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.